ATA N.º 06/2022

SESSÃO ORDINÁRIA DE 30 DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E VINTE E DOIS

---------- Aos trinta dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e dois, no Salão Nobre do Edifício dos Paços de Concelho, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Arouca, sob a presidência do seu Presidente, senhor Pedro Miguel de Oliveira Rodrigues Vieira, com a presença do primeiro secretário, senhor Geraldo Tavares Campas e da segunda secretária, senhora Maria Cristina de Oliveira Saavedra e restantes membros, senhores Pedro Miguel Gomes de Sousa, Regina Maria de Sousa Ferreira Fontes, Afonso Portugal Ferreira da Silva, Sérgio Manuel Brandão de Azevedo, António Brandão Ferreira Tavares Teixeira, Maria de Fátima Rodrigues da Fonseca, André Azevedo Vilar, Diogo Ribeiro Santos, Jonatan Gonzalez y Ribeiro, Jorge Fernando Silva e Sousa, Joana Alexandra Gomes Brandão, Óscar de Pinho Brandão, Rui Filipe Vilar Gomes, Pedro Miguel Ferreira da Silva Bastos, Fátima Cristina Conceição Oliveira Pinho, Artur Miguel Quaresma Pereira Miler, Luís Carlos Pinho Brandão de Almeida, José Maria de Oliveira Ribeiro, Maria da Conceição Duarte Castro Portugal, e os senhores Presidentes das Juntas de Freguesias Alvarenga, Chave, Escariz, Mansores, Moldes, Rossas, Santa Eulália, S. Miguel do Mato, Tropeço, Várzea, União de Freguesias de Arouca e Burgo, União de Freguesias de Cabreiros e Albergaria da Serra, União de Freguesias de Canelas e Espiunca e União de Freguesias de Covêlo de Paivó e Janarde. ----------

---------- Estiveram também presentes a senhora Presidente da Câmara Margarida Maria Sousa Correia Belém, a senhora Vice-Presidente Cláudia Margarida Brandão de Oliveira e os senhores Vereadores Albino Jorge Cardoso Gonçalves, António Carlos Gomes Duarte, Vítor Carlos Costa Carvalho e Maria Helena Pinto Rodrigues. Não esteve presente a senhora Vereadora Célia Brandão Alves. ------- ----------

---------- O senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou aberta a sessão, às quinze horas. ---

---------- Começou por saudar a senhora Presidente da Câmara e as senhoras e senhores Vereadores, bem como todos os membros da Assembleia Municipal e todo o público presente. De seguida, referiu que o compasso de espera, no início da Assembleia Municipal, deveu-se ao facto de uma pessoa que tem dificuldades de locomoção querer assistir à Assembleia Municipal e não conseguir subir ao primeiro andar pois os meios para o efeito não estavam disponíveis, mas também não estava recetivo para outro tipo de ajuda, nomeadamente o apoio pelos Bombeiros Voluntários, que entretanto haviam sido acionados pela Senhora Presidente da Câmara. Em seguida foi elencada a ordem de trabalhos: -----

---------- 1. Período de intervenção dos senhores munícipes ----------

---------- 2. Período de antes da ordem do dia ----------

30.12.2022

---------- 2.1 Atas – aprovação ----------

---------- 2.2 Correspondência ----------

---------- 2.3 Diversos ----------

---------- 3. Período da ordem do dia----------

---------- 3.1 Estratégia Municipal de Saúde----------

---------- 3.2 Informação da Senhora Presidente da Câmara sobre a Atividade Municipal e sobre a situação Financeira do Município ----------

---------- 3.3 Orçamento Municipal para 2023 ----------

---------- 3.4 Compromissos Plurianuais – autorização prévia----------

---------- 3.5 Mapa de pessoal para 2023 ----------

---------- 3.6 Estrutura Organização dos Serviços Municipais – alteração----------

---------- 3.7 Imposto Municipal sobre Imóveis – fixação da taxa ----------

---------- 3.8 Conselho Municipal de Saúde de Arouca – regimento ----------

---------- 3.9 Informação Económica e Financeira e de Execução Orçamental – Conhecimento.-------

---------- **1. PERÍODO DE INTERVENÇÃO DOS SENHORES MUNÍCIPES:----------**

---------- No período de intervenção dos senhores munícipes interveio o senhor **Fernando Correia** que, depois de cumprimentar todos, abordou novamente o assunto referente à implementação da infraestrutura de fibra ótica, fazendo uma explanação de todas as suas intervenções anteriores. Questionou ainda sobre qual o projeto apresentado na 2.ª edição do prémio de reconhecimento de boas práticas locais no âmbito da Estratégia Nacional de Proteção Civil.----------

---------- O senhor Presidente da Assembleia deu a palavra à senhora Presidente da Câmara, que depois de cumprimentar todos, lamentou que o senhor munícipe não tenha tido a possibilidade de subir, informando que havia contactado os Bombeiros Voluntários para prestar esse apoio. E acrescentou, como o equipamento que permite subir a cadeira nunca foi utilizado, e sendo hoje dia de tolerância de ponto, os colaboradores camarários não puderam prestar essa ajuda. Seguidamente, e relativamente à intervenção do senhor Fernando Correia, esclareceu que, como já referiu em reuniões anteriores, a Câmara Municipal está a fazer os possíveis para que haja uma maior cobertura de fibra ótica em todo o concelho e que já foram colocadas, em várias freguesias, um total de onze torres de telecomunicações. Em relação ao prémio, referiu que se o munícipe achava que o Município deveria ter apresentado uma candidatura, era sinal de que o trabalho que estava a ser desenvolvido era meritório. ----------

---------- O senhor Presidente da Assembleia agradeceu à senhora Presidente da Câmara, dando em seguida a palavra ao deputado senhor Rui Vilar, que pelo artigo 27, n.º 4 do regimento desta assembleia

pode usar da palavra no período de intervenção dos munícipes. Depois de cumprimentar todos, o senhor **Rui Vilar**, aborda o problema relativo à impossibilidade de um cidadão, com mobilidade reduzida, não ter conseguido assistir a esta Assembleia. ----------

---------- O senhor Presidente da Assembleia deu a palavra à senhora Presidente da Câmara, que esclareceu todos os presentes sobre este assunto, referindo que o munícipe poderia ter assistido à Assembleia Municipal pois foi pedida ajuda para o efeito. ----------

---------- De seguida, interveio o senhor **Afonso Portugal**, ao abrigo do mesmo artigo, que abordou o assunto relativo ao acesso a este edifício por cidadãos com mobilidade reduzida e em seguida reforçou o assunto sobre a falta de fibra ótica constatando que a colocação da fibra ótica não é uma competência da Câmara, mas sim do Estado, mais concretamente à empresa DSTelecom, que venceu o respetivo concurso para fazer essa instalação, competindo sim ao Município fazer os pedidos para que as instalações sejam feitas. ----------

---------- Interveio, de seguida, o senhor **Luís Almeida** sobre o assunto relativo às acessibilidades, dizendo que se gasta milhões na mobilidade e depois verifica-se que um edifício público não tem, de forma operacional, mecanismos para pessoas com mobilidade reduzida. Em relação à fibra ótica ou à cobertura de rede, constatou que esta está assegurada aos turistas. ----------

---------- O senhor **Pedro Bastos** interveio defendendo o senhor Carlos Barbosa (o munícipe com mobilidade reduzida), pois considera que nenhum dos presentes tem capacidade para fazer um julgamento da sua decisão de não querer ser ajudado a vir até à sala onde decorre esta reunião. ----------

---------- Foi solicitada à Mesa uma alteração à ordem de trabalhos, para que o ponto 3.7 Estratégia Municipal de Saúde, seja apresentado às 17:30 horas. Esta proposta foi aceite sem oposição de nenhum membro da assembleia. ----------

----------2. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:----------

----------2.1 – ATAS – APROVAÇÃO: ----------

----------No ponto 2 – período de antes da ordem do dia – no que diz respeito ao ponto 2.1, foi colocada à discussão a ata n.º 3/2022. Não havendo intervenções, foi posta à votação, por braço no ar, e aprovada por maioria com 2 abstenções por ausência na respetiva assembleia. Em seguida, foi colocada à discussão a ata n.º 4/2022, não havendo intervenções a mesma foi posta à votação, por braço no ar, e aprovada por maioria com 3 abstenções por ausência na reunião. Por fim foi colocada à discussão a ata n.º 5/2022, não havendo intervenções a mesma foi posta à votação, por braço no ar, e aprovada por maioria com 4 abstenções por ausência na reunião.----------

---------- **2.2 – CORRESPONDÊNCIA: ----------**

---------- Como a correspondência foi enviada para todos, via email, assim, este ponto da ordem de trabalhos foi cumprido. ----------

---------- **2.3 – DIVERSOS:** ----------

---------- A reunião prosseguiu com o ponto 2.3 – Diversos, tendo-se iniciado com a intervenção do senhor **Óscar Brandão**, que depois de cumprimentar todos, fez uma clarificação relativa ao direito da oposição, nomeadamente sobre os convites enviados aos membros da oposição, aquando dos vários eventos promovidos pela autarquia ou com a sua colaboração, e ainda sobre a participação, da oposição, no processo de elaboração do orçamento para o ano 2023, assim como o reduzido prazo de análise do mesmo por parte dos vereadores da oposição. Referiu ainda o facto de o protocolo de cedência do Estádio Municipal ao Futebol Clube de Arouca contemplar o direito a 20 lugares para o Município, alínea b) da cláusula 7 do contrato e que nunca, por parte da Senhora Presidente da Câmara, houve a cedência de um humilde convite à oposição. E continua dizendo que, ao contrário do que acontece noutros concelhos e em situações idênticas nos concelhos vizinhos o deputado arouquense da Assembleia da República eleito nas listas do PSD, Rui Vilar, não é convidado para as diferentes cerimónias, como seria de esperar. ----------

---------- Dada a palavra à senhora Presidente da Câmara a mesma esclareceu o assunto abordado pelo senhor Óscar Brandão, referindo que têm cumprido na íntegra o estatuto de oposição e enviado os documentos atempadamente. Referiu ainda que, no que diz respeito à documentação de suporte à reunião de Câmara, se antecipou o envio em 1 dia relativamente ao que era prática até então seguida. Mostrou-se surpresa com a possibilidade de os elementos da oposição não serem convidados para os eventos, pois todos são convidados para as atividades municipais e reforça dizendo que é um gosto quando todos estão presentes. ----------

---------- Em seguida usou da palavra o senhor **Rui Vilar**, que referiu não ser verdade que os deputados ou vereadores do PSD, não estejam presentes nas várias iniciativas da Câmara Municipal, e continuou afirmando que todos temos as nossas vidas profissionais e como não "somos" profissionais da Câmara é possível falhar a algum evento. Relativamente à inauguração da segunda fase da variante, referiu que a senhora Presidente da Câmara, na inauguração, se esqueceu de agradecer o papel da oposição, nomeadamente ao senhor Fernando Mendes, vereador do executivo anterior e ao vereador Vítor Carvalho, que quinzenalmente traziam o assunto da finalização da Variante a reuniões de Câmara e que faziam muita pressão junto da senhora Presidente para que a obra avançasse. Em seguida pronunciou-se sobre a taxa de resíduos sólidos e o preço da água, e questionou se os arouquenses vão pagar mais no próximo ano e se a fatura da água terá mais custos para além do aumento da água. E

continuou a sua intervenção questionando a senhora Presidente sobre o que vai fazer relativamente aos processos judiciais que a envolvem diretamente, pois foi constituída arguida em dois casos e foi formalmente acusada pelo Ministério Público pelos crimes de prevaricação e falsificação de documentos. Questionou, em seguida, sobre os ajustes diretos e concursos públicos para prestação de serviços, por parte da Câmara Municipal, a pessoas ligadas ao Partido Socialista ou familiarmente ligadas a elementos do Partido Socialista e deixou a recomendação que a senhora Presidente e os serviços municipais estejam mais atentos a esse tipo de contratações e que as mesmas sejam mais escrutinadas e que cumpram todos os mecanismos legais existentes. Por fim, questionou sobre a situação do Tribunal de Arouca, em particular sobre as falhas em termos de recursos humanos, falhas estas já do conhecimento da senhora Presidente da Câmara e alertadas em reuniões de Assembleias anteriores e também sobre as graves carências do edifício.----------

---------- Dada a palavra à senhora Presidente da Câmara a mesma esclareceu todas as questões levantadas. Relativamente ao assunto da Variante a senhora Presidente referiu que não se cansa de agradecer a todos porque todos foram importantes nesta luta pela conquista e reforçou que temos de valorizar a concretização deste segundo troço da Variante. Em relação à questão da taxa de resíduos, informou que esta é uma taxa que é obrigatória, não é uma taxa municipal, e continuou afirmando que o município procurou, no período da pandemia, adiar a sua aplicabilidade, mas não teve outra opção senão aplicá-la na altura em que foi oportuno, ou seja, agora. No que respeita aos processos judiciais, referiu que está serena e tranquila, afirmou que sempre zelou pelo interesse público e, portanto, irá aguardar os desenvolvimentos do processo e não irá fazer qualquer comentário relativamente a este assunto. ---- ----------

---------- Em relação às contratações referiu que uma das propostas na reorganização dos serviços é, efetivamente, ser criada, urgentemente, uma equipa multidisciplinar, que irá tratar da contratualização de projetos especiais e do aprovisionamento. Afirmou que os concursos públicos são totalmente transparentes e manifestou desconhecer as situações a que o senhor Rui Vilar se estaria a referir. Em relação à situação do Tribunal de Arouca, referiu que não se recorda se disse que era até ao fim do ano, mas se o fez foi baseado na informação que tinha do Ministério da Justiça, pois têm estado em constante comunicação, tendo sido dado nota de que a intervenção, no edifício, está considerada como prioritária e urgente, sendo esta informação que já foi transmitida nesta Assembleia. Informou que o Município ajudou a fazer o levantamento e deu sugestão de possíveis empreiteiros.----------

---------- Voltou a pedir a palavra o senhor **Rui Vilar** retomando o assunto sobre a situação do Tribunal de Arouca, dizendo que foi a Senhora Ministra da Justiça que lhe enviou um ofício a

comunicar que as obras que estavam previstas para o Tribunal de Arouca era a remodelação total da cobertura e AVAC, e recomendou que os serviços municipais façam um levantamento mais específico de todas as necessidades daquele edifício pois considera que as necessidades serão mais do que as essas. ---------- Usou a palavra o senhor **Artur Miller**, cumprimentando todos os presentes e desejou que o ano 2023 seja um ano de novas conquistas. Interveio sobre a realidade social, económica e política tendo como base os dados recentes do INE. Considerou que é inevitável que no final de um ano civil seja feita uma reflexão sobre o que até aqui tem sido feito. Continua afirmando que, uma ferramenta determinante, é a divulgação dos resultados dos Censos que se realizam de 10 em 10 anos, porque estes resultados trazem um conjunto de dados estatísticos oficiais que permitem um melhor conhecimento do país e dos seus concelhos, e constata que, estes dados trazem consigo uma possibilidade de análise política, pois refletem uma visão e uma governação do executivo do Partido Socialista que se mantém no poder há quase 30 anos. Num documento fornecido para a sessão ordinária da Assembleia Municipal de dia 30 de dezembro de 2022, é notório o recurso aos censos para elencar o perfil de saúde do concelho de Arouca, referindo que para o ano de 2021 a população residente no concelho de Arouca era de 21154 pessoas, verificando-se uma perda populacional superior a 5% - 125 habitantes face a 2011, perda essa maior que os 2,8% da Área Metropolitana do Porto. Fazendo uma análise ao contexto dessa mesma área, é notória a perda, na maior parte dos concelhos, de população, mas a verdade é que no caso de Arouca a diminuição é bem acentuada nos escalões mais jovens. Questionou assim, Artur Miler, se este é o legado dos sucessivos executivos do Partido Socialista – que é perder um arouquense a cada dois dias, se se tiver em conta as projeções dos últimos vinte anos. Disse ainda que as estatísticas, quanto aos dados económicos desoladores, e sendo o município de Arouca um dos municípios abaixo da média do país em diversos indicadores, se refletem na pirâmide demográfica que existe neste concelho. Considerou ainda que, tudo isto é uma razão para que os jovens não se fixem em Arouca, isto porque não há oportunidades nem atrativos. Acrescentou que isto compromete, obviamente, a sustentabilidade demográfica futura do município, e prova disso é o poder de compra per capita do concelho que em 2017 não chegava ao poder de compra médio do país e, é agora, o mais baixo da área metropolitana do Porto. Saudou ainda a intervenção do munícipe Fernando Correia que é um cidadão ativo na reivindicação do que está em falta – como é o caso da cobertura da fibra ótica, considerando que isto também é uma peça importante para a atrair os jovens. Por fim, considerou que o assunto da perda de população é uma tendência que é preciso inverter rapidamente, pois estas são também um grande património que o município de Arouca tem. ----------

30.12.2022

---------- O senhor Presidente da Assembleia deu a palavra à senhora Presidente da Câmara, tendo esta considerado que o caminho seguido pelo município é um caminho ascendente. Quanto à fixação dos jovens considerou que, neste caso, a habitação é importante, e por isso, é que se criou um Regulamento, e se tem construído algumas urbanizações, para conseguir permitir que os jovens tenham acessos a condições especiais, dando o exemplo da Urbanização Vila Pavão. Quanto à natalidade, considerou que a taxa de natalidade segue a tendência nacional e que têm sido levado a cabo várias iniciativas para inverter a mesma. Assim e para além da oferta a nível habitacional, realçou que o Executivo também tem procurado estimular o autoemprego, bem como procurado ampliar e requalificar as áreas empresariais para a atração de empresas, apostando ainda na saúde para se estimular o bem-estar, garantindo qualidade de vida a todos os arouquenses. Recordou, ainda, que Arouca é um dos municípios que tem o melhor parque escolar (com polidesportivos, bibliotecas) e que oferece as condições de acesso gratuito a todos os jovens, usando os apoios do município e, em articulação com as Associações de Pais, garante a componente de apoio à família. Recordou também os complexos desportivos que o Município quer ampliar. Quanto à melhoria das acessibilidades, referiu a 2.ª fase da Variante que veio melhorar as condições de segurança e a qualidade dos acessos, melhorando os indiciadores menos positivos. Pelo exposto, considerou assim que Arouca é um território coeso, um território inclusivo que procura melhorar as condições de vida de todos, mostrando-se aberta aos contributos de todos para criar as medidas que ajudem a responder às necessidades – fixação das pessoas, aumento da natalidade, ressalvando que os salários e a estabilidade laboral são condições essenciais para o aumento da natalidade. ----------

---------- O senhor **Luís Almeida** usou da palavra e questionou sobre o ponto de situação do Museu da Raça Arouquesa, isto porque, foram gastos 30.000€ num projeto que ainda não passou do papel. De seguida, perguntou porque é que a antiga estrada 326 está encerrada, se é por algum motivo especial, se foi comunicado ou decidido em reunião de Câmara, querendo saber como foi tomada essa decisão e porquê, isto porque, causa incómodo a quem vive naquela zona e a quem quer passar por lá para ir para a Zona Industrial trabalhar. Em relação à nova fase da Variante, considerou que será obvio que toda a gente quererá a variante concluída o mais rapidamente possível, mas agora conseguiu-se uma estrada que não traz acesso para os Arouquenses, nomeadamente, de Fermedo, de Gestosa ou da Zona Industrial das Lameiradas, questionando assim qual é a posição da Câmara quanto a esta questão, e se esta vai resolver a falta de acessos. Acrescentou, por fim, e quanto a este assunto, que para além de faltar acessos a estas zonas do concelho, também faltarão a outros concelhos vizinhos como Cesar, Fajões e Oliveira de Azeméis, apesar desta nova variante passar nos seus concelhos, perguntando a si

mesmo se, não terá sido por isso, que o Presidente da Câmara de alguns destes concelhos não tivessem estado presentes na inauguração da segunda fase da variante. ----------

---------- O senhor Presidente da Assembleia deu a palavra à senhora Presidente da Câmara, que esclareceu todos os presentes sobre estes assuntos, dizendo que a equipa do município vai trabalhando em vários projetos a executar quando forem encontradas as fontes de financiamento. No caso específico do Museu da Raça Arouquesa, o Centro Interpretativo Arouquês, informou que o projeto existe e que está a ser revisto, sendo este um projeto importante não só para Alvarenga como para todo o Município. E afirmou, mais do que um museu será importante a requalificação de todo o património, mas é preciso definir prioridades e ainda não foi possível encontrar a fonte de financiamento, mas está mapeado. Quanto ao corte da Estrada Nacional, referiu que como há obras a decorrer naquela localização e, devido ao mau tempo e à chuva, foi determinado que o encerramento da mesma era o mais adequado até serem avaliadas as condições de uma boa ligação ou circulação. Esclareceu que dada a necessidade urgente de encerramento não foi uma decisão tomada em reunião de Câmara. Quanto à Variante, considerou que está muito sensível à questão das acessibilidades para as restantes áreas do município, tendo referido mesmo que, quando reuniu com a Infraestruturas de Portugal deu nota da importância da ligação às áreas de Fermedo, São Miguel do Mato e até de Fajões, tendo subscrito o abaixo-assinado. --

---------- O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao senhor **Pedro Bastos**, que questionou sobre o projeto para a requalificação dos WC do centro urbano de Arouca, recordando que a senhora Presidente da Câmara, em Assembleia Municipal, disse que não tinham ainda feito a intervenção, pois o município estava a elaborar um projeto para uma intervenção a fundo nessas mesmas instalações, mas até ao momento nada foi feito e não há nada em documento nenhum que reflita essa intervenção. Quanto às dificuldades que as empresas de animação turística sentiam relativamente à utilização dos balneários na época alta do rafting, questionou se está tudo resolvido, se não têm havido quaisquer dificuldades pelas empresas nessa matéria. Questionou ainda sobre qual o avanço da colocação ou instalação de WC junto ao pórtico de Alvarenga da Ponte 516. Refere ainda sobre o parque de estacionamento e as instalações sanitárias com balneários no lugar de Rio de Frades, questionando em que ponto de situação está o projeto. Por fim, questionou sobre se o arranjo urbanístico na zona da Portela já está concluído, se não, o que falta para que seja entregue definitivamente. ----------

---------- Dada a palavra à senhora Presidente da Câmara, a mesma, em primeiro lugar, esclareceu que nunca falou em nenhum projeto de WC para o centro histórico, até porque são WC que estão atuais e operacionais, tendo as anomalias detetadas sido reparadas pelos serviços. Quanto à utilização dos

balneários da área de recreio e lazer da Espiunca, referiu que a equipa está a analisar duas propostas para ser possível agilizar e facilitar o uso daqueles balneários. Acrescentou ainda que a informação que possui é que não há nenhuma empresa que tenha ficado sem utilizar os balneários, isto porque, as marcações e reservas são acordadas previamente, o que tem facilitado a respetiva utilização. Quanto aos WC junto à Ponte 516, informou que os projetos que tinham sido idealizados não são passíveis de ser executados e, portanto, o Município está à procura de alternativas que sejam viáveis e que sejam aprovadas pelas entidades competentes, garantindo a melhoria contínua. Quanto ao parque de estacionamento, este é agora do Município de Arouca, estando os serviços estão a preparar os projetos para garantir que há as condições necessárias para quem visita, até porque, e acrescentou, que este é um projeto com extrema importância de valorização cultural, social, turística e desportiva. Sobre Rio de Frades, informou que ainda não foi possível dotar aquela aldeia das infraestruturas necessárias de apoio ao turismo porque é um local desafiante e há que ter em conta a capacidade do território. Informou que está a ser desenvolvido um projeto para posteriormente ser lançado a concurso. Quanto ao arranjo urbanístico da Portela, informou que o projeto não foi executado na sua totalidade. Estão em falta as sinalizações horizontais, que são fundamentais para a conclusão da mesma e que estão incluídas em outra empreitada. ----------

---------- Voltou a usar a palavra o senhor **Pedro Bastos** que reforçou o assunto relativo às casas de banho públicas no centro urbano de Arouca, pois a parte relativa às pessoas portadoras de deficiência encontrava-se encerrada e que vários equipamentos se encontravam destruídos e sujos, mas referiu também que, poucas semanas após ter comunicado esta situação, as casas de banho foram efetivamente limpas. Contudo, acrescentou que as instalações continuam sem sinalética adequada para masculino e feminino, e alertou para o facto de não haver, também, nenhuma sinalética no centro histórico a indicar o acesso a estas. ----------

---------- O senhor Presidente da Assembleia deu a palavra à senhora Presidente da Câmara, que registou estas preocupações para que se possa corrigir o que for necessário. ----------

---------- Usou a palavra o senhor **Sérgio Azevedo**, que depois de cumprimentar todos, interveio sobre o assunto abordado no dia dez de dezembro pela comunicação nacional de algumas alterações à organização do Serviço Nacional de Saúde, sendo que nessa notícia estava espelhada a criação de uma nova unidade local de saúde denominada de Unidade Local de Saúde de entre Douro e Vouga. Considerou o senhor Sérgio Azevedo que Arouca é, naturalmente, visada, porque, uma unidade local de saúde é composta por hospitais ou centros hospitalares e por agrupamentos de centros de saúde e garante a prestação de cuidados de saúde primários e continuados de forma integrada à população

residente na respetiva área de influência, sendo que este modelo de gestão concretiza, por fim, a integração de cuidados de saúde de forma vertical reunindo numa única entidade a gestão dos diferentes níveis de cuidados. Questionou assim, se este é um modelo de gestão já experimentado em várias zonas do nosso país, se tem bons ou maus indicadores, se já houve contactos com o município sobre esta questão e se o Executivo está em condições de garantir aos arouquenses que este novo modelo de gestão não irá tirar serviços aos munícipes. Continuando no mesmo tema, questionou ainda como está a correr o processo de descentralização de competências neste domínio. ----------

---------- O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra à senhora Presidente da Câmara que informou que foi contactada, em primeiro lugar, pelo senhor Diretor Nacional de Saúde do Serviço Nacional de Saúde, Dr. Fernando Araújo há menos de um mês, dando nota que iria ser criada uma unidade local de saúde e, portanto, iria ser contactada pela equipa técnica que estaria a realizar o estudo de viabilidade económica e financeira relativamente a essa unidade. Reuniu, há uma semana, com o Dr. Miguel Paiva, Presidente do Centro Hospital de entre Douro e Vouga, que está a liderar a equipa que vai apresentar o dossier ao Diretor Nacional de Saúde. Tranquilizou o senhor Sérgio Azevedo dizendo que o objetivo não é perder dimensão, mas sim ganhar proximidade e ganhar agilidade, não haverá perda de nenhum serviço, haverá antes ganhos pela necessidade de ampliar o serviço em várias áreas, como a saúde mental, oncologia, e ainda a possibilidade de aproximar os serviços das nossas aldeias. Esclareceu ainda que o que está em causa é uma reorganização da orgânica da Saúde e que vai haver uma entidade, que será uma empresa pública, que vai gerir este serviço nacional de saúde local, onde estarão representados os 5 municípios da Área Metropolitana do Porto. Acrescentou só, por fim, que esta unidade vai trazer mais poder de decisão, mais proximidade, porque o município deixa de depender de um serviço nacional e passa a depender de uma entidade pública mais próxima, conseguindo assim uma maior articulação entre os diversos cuidados de uma forma integrada. Quanto à transferência de competências, informou que já houve a primeira reunião de acompanhamento com o ACES, não tendo tido a presença completa dos serviços da ARS-Norte, mas diz que estão a acompanhar e está tudo a correr dentro da normalidade. Acrescentou ainda que vão ter de ser suportadas algumas despesas que não estavam previstas, fruto das negociações com a Associação Nacional de Municípios Portugueses, nomeadamente de recursos humanos e, portanto, já foi solicitada uma adenda a este acordo. Terminou reforçando que tanto no serviço de saúde, como na educação está tudo a correr dentro da normalidade e informou que para o ano o município vai também assumir a ação social. -------

---------- Usou, de seguida, a palavra o Presidente da Junta de Freguesia de Mansores, senhor **Jorge Oliveira**, que depois de cumprimentar todos, parabenizou o Município de Arouca pela conclusão da

ligação da segunda fase da Variante Escariz-Feira, e acrescentou que esta via teve um impacto positivo em Mansores, com o trânsito a triplicar, mas esse impacto positivo também trouxe alguns contras. Dando o exemplo de que há zonas onde as crianças e os idosos são obrigados a atravessar a estrada, e como não há passadeiras, é perigoso fazê-lo, assim, solicitou mais segurança para a estrada número 326. Acrescentou ainda a necessidade de vistorias nas várias pontes da Freguesia, considerando que é necessária uma intervenção rigorosa às mesmas. Relativamente às obras da zona industrial, referiu que é necessária uma melhor sinalização por parte da empresa que executa essas obras. Por fim, aproveitou para felicitar o município pela organização da festividade de Natal com espetáculos ao ar livre e no interior, trazendo novamente sorrisos às crianças e idosos depois de dois anos de pandemia, e ainda pela campanha "Compre Local", que incentiva as pessoas a comprarem em Arouca, ajudando assim o comércio local. ----------

---------- O senhor Presidente da Assembleia deu a palavra à senhora Presidente da Câmara, que deu nota de que relativamente ao aumento do tráfego na EN326, o município já fez chegar à Infraestruturas de Portugal, as preocupações, mas ainda não chegou nenhuma orientação por parte desta entidade. Quanto às pontes, disse que serão solicitadas as vistorias de segurança para os espaços e equipamentos que não estejam nas devidas condições. Acrescentou ainda que o reforço da sinalização é da competência da Câmara e, por isso, irá ser feito esse reforço. Quanto à campanha, agradeceu as palavras e considerou que é sempre bom ouvir e perceber o impacto que uma medida, como esta, tem no comércio e em todo o território, pois visava descentralizar e dinamizar todo o território. ----------

---------- Em seguida, usou a palavra o senhor **Pedro Sousa**, que depois de cumprimentou todos, comentou alguns dos temas abordados nas intervenções anteriores, tendo deixado algumas considerações sobre a intervenção do senhor Rui Vilar, quanto às acusações feitas à Câmara Municipal e à senhora Presidente da Câmara, dizendo que uma acusação como a que foi feita sobre a contratação de recursos humanos deve ser sustentada em informação fidedigna e apontando casos específicos. Em seguida parabenizou a senhora Presidente da Câmara sobre a conclusão da segunda fase da variante e pelo facto de ter solicitado, ao Ministro senhor Pedro Nuno Santos, o arranque da terceira fase desta via, acrescentou que está orgulhoso pelo que foi feito, e que é uma obra essencialmente dos arouquenses, pois foram todos os arouqueses que lutaram por ela. Sobre a natalidade, informou que os únicos municípios a nível nacional que cresceram, fizeram-no apenas por via da imigração. Recordou também que a Suécia e a Alemanha também têm problemas de natalidade, sendo esse um problema nos países europeus que só tem sido corrigido por via da imigração. Questionou, por fim, sobre o que está previsto no regulamento sobre os incentivos à natalidade. ----------

30.12.2022

---------- O senhor Presidente da Assembleia deu a palavra à senhora Presidente da Câmara, que relativamente ao Regulamento da Natalidade, informou que os serviços estão a analisar as diferentes propostas e, portanto, ainda é cedo para identificar as propostas que foram feitas, sendo, por isso, preferível aguardar por uma análise e posteriormente a apresentação de uma proposta. ----------

---------- Em seguida, usou a palavra o Presidente da Junta de Freguesia de Chave, senhor **José Luís Fevereiro**, que depois de cumprimentar todos, agradeceu publicamente à senhora Presidente da Câmara pelo apoio dado na requalificação da sede da Junta de Freguesia, que está também em parte relacionado com a mobilidade no edifício, tendo mesmo sido feita uma casa de banho para deficientes. Falou ainda de um outro pedido que fez e que acha que vai ser realizado, que tem a ver com a mobilidade na estrada municipal da Farrapa. Continuou a sua intervenção dizendo que, Arouca, enquanto concelho, pode ter perdido população, mas a freguesia de Chave aumentou a sua população e, associado a este aumento, há a necessidade de algum investimento de forma a continuar a captar as pessoas. Deixou, por fim, o seu desagrado quanto à rede de luz, estando a E-Redes a fazer um mau serviço neste contexto, havendo já um pedido, datado de quatro de julho, de um poste de iluminação, e até hoje ainda não receberam nada, assim como lâmpadas. ----------

---------- O senhor Presidente da Assembleia deu a palavra à senhora Presidente da Câmara, que respondeu ao senhor Presidente da Junta de Chave que está a tomar nota, novamente, dos seus pedidos, mesmo estando a pressionar maior agilidade e rapidez na execução, irá reforçar ainda mais esse desagrado junto da E-Redes.----------

---------- Pediu a palavra o senhor **Rui Vilar** para responder ao senhor Pedro Sousa, dizendo que até agradece que tenha voltado a pegar no tema, e que quer esclarecer que não está a tentar passar alguém de acusado a culpado. Voltou a referir o assunto sobre os processos judiciais que envolvem a senhora Presidente da Câmara e também sobre o Relatório da Inspeção Geral da Finanças relativamente aos ajustes diretos e concursos públicos para prestação de serviços. ----------

---------- O senhor Presidente da Assembleia deu a palavra à senhora Presidente da Câmara, tendo esta referido que não sabe a que relatório o senhor Rui Vilar se refere na sua intervenção, mas que considera que deve estar a falar do Relatório da Inspeção Geral das Finanças que esteve na Assembleia Municipal em 2011, não sendo, por isso, um relatório de balanço deste executivo, mas sim um relatório com recomendações, recomendações essas que têm sido escrupulosamente cumpridas ----------

---------- Em seguida o senhor Presidente da Assembleia colocou à votação a alteração da ordem de trabalhos, tendo esta sido aprovada por unanimidade, passando assim o ponto 3.7 Estratégia Municipal de Saúde a ser o 3.1, seguindo-se a renumeração dos restantes pontos. ----------

----------3. PERÍODO DA ORDEM DO DIA: ----------

----------3.1 – ESTRATÉGIA MUNICIPAL DE SAÚDE:----------

---------- O senhor Presidente da Assembleia deu a palavra à senhora Presidente da Câmara e a mesma referiu que esta estratégia é composta por 4 relatórios e que o que se pretende com este documento é que a saúde esteja vertida em todas as políticas do município. Foi elaborado por uma equipa da Universidade de Aveiro e que será apresentado, por videoconferência, pelo Doutor Alexandre Fernandes. Usou da palavra o Doutor Alexandre Fernandes que fez a apresentação do documento. ------

---------- Depois da apresentação, o senhor Presidente da Assembleia deu a palavra à senhora Presidente da Câmara que considerou não ser necessária nenhuma intervenção. ----------

---------- Interveio, logo de seguida, o senhor **Artur Miller** que agradeceu a exposição, parabenizando a equipa do município que colaborou com os cerca de 270 participantes, considerando que o documento está muito bem conseguido e bem descrito. Anunciou, antes de começar com a sua análise, o voto favorável da bancada do PSD a este documento. Considerou que é extremamente pertinente a questão do perfil de saúde do concelho de Arouca que foi realizado e este vai servir de base para muitos dos eixos e das iniciativas no âmbito até de uma hierarquização de prioridades que pode ser sempre necessária, uma vez que estamos perante uma abrangência a várias áreas de ação. Continuou dizendo que a estratégia municipal de saúde que vem neste documento a votação deve estar alinhada com o plano de saúde nacional, questionando se, por exemplo, existe algum tipo de iniciativa do plano regional para tentar enquadrar este documento nesse plano, sugerindo a Associação de Terras de Santa Maria, mas dando também a hipótese da Área Metropolitana do Porto. Disse ainda que, na sua opinião, deviam estar plasmados alguns dados, como é o caso dos cuidados de saúde oral que o município disponibiliza, considerou que seria importante que exista uma monotorização para se saber o que está a ser feito, quais os dados, até para que o município percebesse e tivesse um maior conhecimento do retorno do seu investimento. Ainda relativamente à estratégia municipal de saúde, acrescentou que viu as 10 propostas de intervenção e questionou o município sobre quais são, das 10 propostas apresentadas, as 3 principais que o município quer implementar desde já, e qual é aquela que sinaliza como a que tem maior sensibilidade do município, aquele que este identifica como a maior necessidade. Teceu ainda algumas considerações sobre a assinatura do Protocolo para a Delegação de Competências, questionando se o município se acautelou junto da entidade reguladora de saúde se o edificado que recebeu está devidamente licenciado, alertando para o facto de que atualmente as queixas são agora legitimidade do município, tendo por isso, o município que ter acautelado se todos os edificados cumpriram as normas de licenciamento. Questionou ainda se o município vai avançar com um novo

parque da saúde, se sim, onde se vai situar. Por fim, questionou se o município vai dotar definitivamente a unidade de saúde de Escariz de recursos e das obras que estão, insistentemente, a ser reivindicadas. ----------

---------- O senhor Presidente da Assembleia deu a palavra à senhora Presidente da Câmara, que começou por dizer que esta é uma das estratégias municipais de saúde a nível nacional a ser aprovada, por isso, o município é pioneiro nesta matéria como tem sido em vários outros projetos como a telemedicina na cardiologia e na saúde oral. Disse ainda que esta estratégia não é suposto estar focada no tratamento de doença, mas é antes uma estratégia global que evita que os munícipes caiam efetivamente no tratamento de doenças, sendo isto, uma espécie de plano de prevenção e, portanto, tudo o que aqui está identificado é de prevenção e atuação no bem-estar, na alimentação, na saúde mental, na qualidade de vida. Recordou que é um projeto dinâmico que vai sendo atualizado e ajustado à realidade e que elenca um conjunto de ações, algumas das quais já em curso. Acrescentou ainda que este não pode ser apenas um esforço do município, mas sim um esforço de um conjunto de coletividades. Esclareceu que não se trata de um mapeamento de espaços de saúde, nem tem a ver com a descentralização de competências porque mesmo antes de ter assumido a descentralização de competências nesta área, a Estratégia Municipal de Saúde já estava a avançar. Quanto ao licenciamento, nem todos os edifícios estão licenciados para o efeito, e o município sabe disso porque foi feito um levantamento exaustivo por parte dos técnicos do município, mas relata que há já vários projetos que podem começar. Quanto ao parque de saúde de Arouca, este é um projeto que tem de ter feito e finalizado para que o município possa fazer a candidatura no âmbito do PRR assim que seja possível, bem como outros projetos de requalificação dos vários espaços de saúde que há e que são competência da ARS-Norte, como é o caso do centro de saúde de Escariz, no qual está previsto uma ampliação assim que haja financiamento. ----------

---------- Voltou a usar da palavra o senhor **Artur Miller** para pedir mais alguns esclarecimentos. Disse que entende que é injusto que os municípios já não tenham um envelope financeiro correspondente aquilo que são os novos encargos, e tenham de ficar com o ónus dos encargos de licenciamento dos edifícios que eram da competência do Ministério da Saúde, considerando que o selo de qualidade devia ser dado antes do município ficar com o edificado, protegendo, dessa maneira, o município e o interesse dos contribuintes. Quanto à primeira questão que colocou, quer reiterar, novamente, que está apenas a questionar se existe um cronograma que vai ser preparado ou se existe alguma medida que já esteja a ser feita, porque o Doutor Alexandre Fernandes falou de quarenta propostas, mas não se sabe efetivamente aquilo que está a ser feito. Quanto à questão da saúde oral,

volta a dizer que considera que seria importante estar retratada neste documento, até para que o município visse refletido o dinheiro que investiu e conseguisse entender qual o número de consultas e o número de ganhos de qualidade, inclusivamente, para a economia local, que este projeto trouxe. ---------

---------- O senhor Presidente da Assembleia deu a palavra à senhora Presidente da Câmara. Esta diz que se recorda que uma das dificuldades foi a escolha de dados específicos de Arouca, isto porque mesmo no ACES Feira/Arouca os dados estão compilados de forma agregada e não pareceu exequível usar os dados que não fossem apenas do concelho de Arouca, assim no relatório estão espelhados os dados que foram conseguidos relativos apenas a Arouca, mas deixa nota de que alguns dados não constam, mas vão ser solicitados para que sejam compilados a estes, porque alguns dados existem no relatório de atividades relativos à telemedicina para a consulta de cardiologia e à a saúde oral. Assim, será apenas uma questão de melhorar e reforçar com as boas sugestões que sejam exequíveis. Dá ainda nota de que os serviços estão a tratar com o ACES a questão da regularização da legalização e, portanto, o que importa agora é que sejam feitas as intervenções que são necessárias. O que está em curso relativamente ao raio X é que tem de vir um novo para o centro de saúde, bem como as viaturas e o que mais está previsto no mapeamento. Em seguida, o Doutor Alexandre Fernandes também esclareceu alguns aspetos. ----------

---------- Usou da palavra o Presidente da Junta de Freguesia de Chave, senhor **José Luís Fevereiro**, que questionou sobre até que ponto é que isto pode interferir no atraso da reabertura das obras no posto de saúde de Chave e acrescentou ainda no que toca às despesas que, se estas não forem muito avultadas, é um investimento na saúde e vale sempre a pena investir. ----------

---------- O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra à senhora Presidente tendo esta dado nota de que não tem qualquer interferência com a obra de Chave, e acrescentou que o senhor Presidente da Junta de Chave sabe que já há, se for necessário, um local alternativo identificado, estando o município a fazer tudo para que o centro de unidade de saúde de Chave esteja em pleno funcionamento o mais rápido possível. ----------

---------- Usou da palavra o senhor **Luís Almeida** informando que o voto do PPM será favorável, porque considera que tudo o que for feito para melhorar a saúde dos arouquenses é bem-vindo. Questionou ainda se a Ordem dos Médicos, a Ordem dos Psicólogos e a Ordem dos Nutricionistas estão envolvidos ou ao corrente da situação, para que não aconteça que mais tarde questionem o plano, por não terem sido ouvidos. Foi prestado o esclarecimento pela senhora Presidente de Câmara e pelo Doutor Alexandre Fernandes, tendo sido informado que as Ordens não foram consultadas por não haver essa obrigatoriedade. ----------

---------- O senhor Presidente da Assembleia e a senhora Presidente da Câmara agradeceram a disponibilidade do Doutor Alexandre Fernandes e a toda a equipa.----------

---------- O documento foi posto à votação, por braço no ar, tendo sido aprovado por unanimidade.--

---------- **3.2 – INFORMAÇÃO DA SENHORA PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A ATIVIDADE MUNICIPAL E SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO: ----------**

---------- Relativamente ao período da ordem do dia, no ponto 3.2, o senhor Presidente da Assembleia concedeu a palavra à senhora Presidente da Câmara tendo esta realçado algumas atividades que constam no documento, que se dá aqui como reproduzido e a fazer parte integrante desta ata, a ela ficando anexo. ----------

---------- Considerou que o município tem tentado melhorar este relatório de atividades, para que tenha o máximo de informação adequada para uma boa leitura. Referiu a inauguração da segunda fase da via estruturante, sendo este, na sua opinião, um momento histórico, e continuou referindo as variadas distinções que o município tem recebido pelas infraestruturas turísticas e que devem encher de orgulho os arouquenses. Acrescentou ainda que todos estes marcos são muito importantes e reforçam a competitividade do território, a competitividade das empresas e melhora, significativamente, a qualidade de vida dos arouquenses. Destacou a alteração do Regulamento da Urbanização e Edificação de Taxas Urbanísticas que permitiu uma redução ao nível da edificação do setor primário, referiu a questão das consultas de telemedicina de cardiologia, que estão também presentes neste documento. Concluiu dizendo que este é um documento que retrata apenas a atividade deste período, mostrando-se disponível para qualquer clarificação relativa mesmo. ----------

---------- O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra à senhora **Fátima Pinho**, que depois de cumprimentar todos os presentes, começou por destacar a importância da informação que este documento traz porque considera que é uma boa síntese do que melhor se passa no município, agradecendo, por isso, aos serviços que o realizaram. Mas, considerou que seria importante que este documento retratasse um pouco mais a realidade, sendo necessário demonstrar e informar a Assembleia sobre tudo o que corre menos bem, como é exemplo disso os dados dos Censos, que trazem a redução do poder de compra per capita dos arouquenses. Pediu um esclarecimento quanto ao Plano Diretor Municipal, e em específico sobre os prazos para a finalização, ou seja, a partir de quando é que os arouquenses poderão contar com o PDM atualizado de modo que este sirva como uma verdadeira orientação e programação das suas iniciativas e projetos de vida. Questionou se há alguma perspetiva ou estratégia ou mecanismo pensado para reverter a tendência que os laboratórios de cidadania jovem estão a atravessar (falta de participação por parte dos jovens, podendo esta estar associada a uma falta

de representação das pretensões e anseios destes), ou se o município pretende continuar a investir recursos e a prosseguir a atividade sob pena de a mesma não atingir os seus objetivos principais de representatividade. Questionou também sobre as obras efetuadas na Escola Básica e Secundária de Escariz, se estas resolveram todos os problemas existentes na escola ou se há ainda problemas que têm de ser resolvidos, isto porque, há alguns relatos que revelam que são necessários baldes para apanhar a água que vai entrando na escola. Retomou ainda uma questão sobre Vila Pavão, perguntando se todos os adquirentes estão a cumprir com a obrigação de apresentar projetos, se não, o que pretende o município fazer perante os incumprimentos, questionando se vai haver um prolongamento do prazo. Por fim, questionou sobre o que vai acontecer à casa do Burgo em Santo Aleixo que foi construída num terreno que pertence à Câmara Municipal, obra essa que foi licenciada pela Câmara, e acrescentou, questionando como é que é possível que a Câmara Municipal de Arouca licencie uma obra privada num terreno que lhe pertence e só o descobre porque há alguém que levantou a questão; perguntou também se a senhora Presidente da Câmara consegue assegurar que este será um caso único ou se é possível estarmos perante uma realidade indeterminada. ----------

---------- Tendo sido dada a palavra, a senhora Presidente da Câmara prestou os devidos esclarecimentos às cinco questões apresentadas. Quanto ao PDM, informou que o processo está a ser demasiado longo, já foi realizada a primeira Reunião Plenária com as 24 entidades, e agora a Câmara está a tentar marcar, com alguma urgência, a segunda Reunião, mas foram feiras exigências, como a realização de estudos hidrológicos, por parte da APA que demoraram vários meses a serem concluídos, mas já foram entregues, faltando apenas aprovar a reserva ecológica nacional que está na APA, e a CCDR já foi enviando, no sentido de agilizar o processo, alguns documentos para várias entidades para que estas se possam pronunciar sobre os mesmos. O Município tem feito grande pressão para que seja possível fazer a segunda Reunião Plenária o mais rapidamente possível, ao que a CCDRN tem dito que se tem até final de 2023 para se concluir o PDM. Referiu assim não se poder comprometer com nenhuma data em específico, mas somente pressionar para a realização da segunda reunião plenária. Quanto aos laboratórios de cidadania, concorda que a adesão não tem sido expressiva, pelo que a equipa está a reavaliar a situação, não sendo fácil cativar os mais jovens. Pede ainda, à senhora Fátima Pinho, para se tiver alguma sugestão a fazer, que o faça, porque estão abertos a isso. Quanto às obras em Escariz, considerou que há algumas questões que tem de ser resolvidas ainda, razão pela qual o Município tem insistido com o Ministério da Educação no âmbito da Área Metropolitana do Porto, e a todas as entidades importantes, que a escola de Escariz estivesse no mapeamento das escolas com necessidades de intervenção. Deu nota que os serviços já estão a desenvolver um projeto para esta

escola, para quando abrir o aviso estarmos em condições de avançar com a candidatura. Quanto a Vila Pavão 2, informou que é verdade que houve alguns pedidos de prorrogação de prazos que foram a reunião de Câmara e que foram aceites, porque considera que o importante é a fixação dos jovens. Informou que os três últimos lotes que foram colocados à venda foram adquiridos por um jovem arouquense que está atualmente a residir fora do concelho, um outro que não sendo de Arouca se encontra cá a trabalhar, e um terceiro que é de Arouca e reside cá. Quanto à casa do Burgo - Santo Aleixo, deu nota da existência de uma providência cautelar, tendo a empresa e os donos da construção aceitado a suspensão da obra, e o município fez entrar uma ação a exigir os direitos de propriedade. -----

---------- Voltou a pedir a palavra a senhora **Fátima Pinho** para pedir novos esclarecimento, no sentido em que, quanto ao PDM pediu que o município seja o mais diligente possível para que o processo seja breve. Quanto aos laboratórios da juventude, disse que já deu a sua opinião numa outra plataforma – Conselho Municipal da Juventude, e estará sempre disponível para ajudar. Relativamente à escola de Escariz, referiu que espera que seja um bom projeto e que este se concretize, mas questionou se há vontade e disponibilidade do município para sanar e resolver as questões mais urgentes até que haja obras de fundo na escola. Quanto à casa de Santo Aleixo, questionou, novamente, como é que uma situação assim passa nos serviços, licenciando-se uma obra num terreno que é propriedade da Câmara Municipal, e também como se este caso é único ou se assume que podem existir mais. ----------

---------- O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra à senhora Presidente, que referiu que já ter informado sobre a situação da mesma em reunião anterior, reforçando que o Ministério Público irá descobrir o que houver para descobrir e em relação a Vila Pavão, considerou, novamente, que o importante é fixar os jovens. ----------

---------- Usou novamente da palavra a senhora **Fátima Pinho** que pediu novos esclarecimentos, tendo a senhora Presidente da Câmara informado que que já prestou todos os esclarecimentos que podia prestar, acrescentando apenas que se ficou alguma coisa não compreendida o melhor será usar a ferramenta de solicitar um esclarecimento por escrito à mesa. ----------

---------- Ausentou-se o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Fermedo.----------

---------- O senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao senhor **Artur Miller** que interveio sobre o documento em análise. Considerou, quanto ao segundo ponto da informação municipal, no índice a seguir ao planeamento do turismo, que este é um reflexo da aposta efetiva do município, mas registou que é uma aposta pujante economicamente, mas não podemos ficar admirados mais tarde quando percebermos que a receita é sempre a mesma e sempre os mesmos prémios. E quando olhamos para os Censos vemos resultados um pouco desoladores, e muito tem a ver com a visão política que está

a ser seguida com a qual não concorda na totalidade. Relativamente à informação municipal, página 10, e no que respeita aos planos estratégicos de desenvolvimento urbano, questionou se é possível ser informado de quais são os quatro espaços nobres na zona central da Vila de Arouca que se pretende requalificar. Relativamente às páginas 25 e 26, quanto à anunciada visita do Secretário de Estado da Digitalização e Modernização Administrativa, bem como a parceria – Eu sou Digital – parabenizou a parceria, mas reiterou a reivindicação do munícipe Fernando Correia, porque considera que esta tem de ser feita junto das entidades, questionando até que ponto é que a influência política está a ser medida para que sejam concretizadas algumas das reivindicações justas e legítimas que são as dificuldades do interior. Quanto à página 26, elogiou as consultas de cardiologia e na página 28 os concertos gratuitos com a Casa da Música do Porto. Na página 42, fala-se sobre a requalificação da Escola de Moldes, mas que foi também alvo de algumas reivindicações na última Assembleia Municipal pelo munícipe Fernando Correia, e questionou se já estão criadas as condições de segurança necessárias para que não volte a acontecer o deslizamento de terras antes da obra estar concluída. Quanto à sinistralidade rodoviária disse que o município de Arouca tem um bom ranking, mas é necessário manter-se, pedindo, assim, a requalificação urgente das vias de comunicação, insistindo na estrada de ligação da Ribeira – de Rossas à ETAR, na estrada da Farrapa (já falada pelo Sr. Presidente da Junta de Chave), na estrada de Lourosa de Matos a Souto Redondo que continua muito degradada, a estrada nacional 224 que precisa da reposição do tapete e o alargamento dos pontões, com o objetivo de disponibilizar duas faixas em sentido ascendente em grande parte do percurso, e, ainda, a estrada nacional 326 com retificação e alargamento da maior parte do seu trajeto no sentido de ser possível também uma segunda faixa de ultrapassagem no sentido ascendente, sendo esta uma questão urgente e não impeditiva da terceira fase da via estruturante, sendo aqui importante que o município se antecipe e crie as condições para quem vive ao longo de todo esse trajeto. Parabeniza ainda o município pela segunda fase da via estruturante, que é uma luta de todos. ----------

---------- Tendo sido dada a palavra, a senhora Presidente da Câmara que esclareceu que este documento é um relatório das atividades das diferentes áreas de atuação do município num determinado período de tempo e não o relatório anual de atividades e contas. Quanto aos projetos da página 4, deu nota de que há já vários projetos previstos de melhoramento de acessibilidades, passeios, passadeiras, vias, recordando, por exemplo, o Parque da Estação de Camionagem, a estrada entre a Escola Básica e a Escola Secundária de Arouca, em Chave, em Escariz, ou seja, são vários os projetos já apresentados em overbooking para o caso de não serem aprovados nesta fase, o serem num futuro próximo. Quanto à escola de Moldes, referiu que o tempo tem estado chuvoso e intenso, não facilitando ou permitindo a

execução do muro que abateu e, portanto, esta intervenção está atrasada, mas a questão da segurança dos alunos não está em causa, tendo sido tomadas um conjunto de medidas e precauções para que assim fosse. Quanto às vias, referiu que há muitas vias em Arouca que são nacionais e, portanto, quanto a essas o que é possível fazer é pressionar as entidades e apresentar os projetos que existem em vista para as suas requalificações, quanto a algumas vias municipais, essas irão ser requalificadas, como vai constar no orçamento. Relativamente ao Projeto Eu sou Digital, referiu que este é uma iniciativa que tem sido levada a cabo para alargar e estimular a literacia na área digital, tendo sido feitas ações de intergeracionalidade. Recordou ainda que, com o lançamento do projeto, e aproveitando a visita do senhor Secretário de Estado, foi possível reivindicar a cobertura de rede de fibra e internet em todo o concelho. -- ----------

---------- Voltou a usar a palavra o senhor **Artur Miller** para mais um esclarecimento quanto à página 4, e quanto aos quatro espaços nobres na zona central da Vila de Arouca, disse que a senhora Presidente fala apenas em dois, questionou se é possível saber quais poderão ser os outros dois. ----------

---------- O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra à senhora Presidente, que respondeu dizendo que existem vários projetos na área das acessibilidades, não podendo recordar-se de todos eles. Considerou ainda que o importante a reter é que o município, naquilo que são as identificações de melhoria das acessibilidades e mobilidade, está a desenvolver projetos para executar assim que for oportuno e que não perde a oportunidade de recorrer a sistemas de financiamento e a candidaturas que são colocadas à disposição. ----------

---------- Usou da palavra o senhor **Pedro Bastos** que recordou a mensagem da senhora Presidente perante as conquistas relevantes, e apesar de congratular todas essas conquistas, não pode deixar de estranhar alguns resultados, como por exemplo os Passadiços do Paiva ganharem uma quinta vez o mesmo prédio, questionando assim quem pode concorrer a estes prémios, se é preciso apresentar uma candidatura, e se sim, quais os requisitos para as candidaturas e se são pagas. Quanto à revisão do PDM fez referência que os contínuos atrasos originam as subidas galopantes dos custos de construção, dos juros do crédito à habitação, sendo que cada dia, mês, ano que passa fica mais difícil, senão mesmo impossível a realização do sonho de qualquer cidadão e da sua necessidade que é a construção da habitação. Relativamente à página 16, quanto ao reconhecimento das trilobites gigantes de Canelas, que está entre os primeiros 100 geosítios do mundo, não pôde deixar de reconhecer e agradecer a Manuel Valério por todo o trabalho de preservação e ainda reconheceu que foi uma das pessoas mais importantes na criação do Geopark de Arouca. Quanto à página 37, relativamente às empreitadas e administração constatou o facto de que em quase nenhuma das intervenções de pavimento, que constam

e que são ilustradas, foram acauteladas as valetas e sarjetas, acelerando assim o maior e mais rápido desgaste da via, aumentado a perigosidade em dias de chuva e ainda o surgimento de pequenas derrocadas, que já tem acontecido em algumas estradas recentemente pavimentadas. Constatou ainda o facto de que algumas vias intervencionadas não são feitas até ao seu fim. Na página 73, quanto ao Gabinete Florestal, faz-se referência a 17 notificações, questionou, assim, quantas dessas 17 notificações foram já executadas, que frutos é que deram essas notificações, e caso o prazo estabelecido não seja cumprido qual é a consequência para os infratores. Quanto à pagina 74 – limpeza da ciclovia, disse que será do conhecimento de todos que se encontram em leitos de cheia, existindo mesmo algumas derrocadas nas margens do rio, provocadas por árvores e arbustos que foram crescendo espontaneamente pelo abandono deste rio por vários anos, questiona, por isso, qual o motivo dessas árvores e arbustos ainda se encontrarem no meio do rio, sendo que ao não serem retirados podem trazer outras dificuldades e até mesmo questões ambientais. Quanto à página 77 (informação sobre resíduos) questionou o porquê de nos valores apresentados não vir a referência aos valores de papel, cartão e vidro, e ainda qual a quantificação desses valores. Quanto à casa de Santo Aleixo, considerou que aquilo que está em questão, que é do interesse da opinião pública, prende-se com o facto de haver ou não alguma negociação com a empresa ou entidade ou particular (porque efetivamente compraram um terreno, tiveram a licença de construção e agora encontram-se nesta situação nada fácil) de modo que se possa ultrapassar esta questão, ou seja, questionou se há alguma orientação para que o assunto seja ultrapassado de uma forma fácil para ambas as partes. Conclui, a sua intervenção questionando, sobre a mesma obra, se a senhora Presidente está em condições de confirmar aos arouquenses que o projeto está a ser seguido à risca de acordo com o que está aprovado, tendo em conta que se nota que a obra já tem 3 pisos e parece estar não muito afastada da via pública, apesar de ainda não estar terminada.----------

---------- O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra à senhora Presidente, tendo esta referido que os prémios deviam ser para todos um motivo de orgulho estarmos entre os melhores do mundo. Quanto ao PDM, considerou que não há grandes questões. Referiu também que não entende o que o membro quer dizer com as pavimentações "que não chegam ao fim". Referiu ainda que durante todo o ano foram feitas várias pavimentações de acordo com a verba que havia disponível tendo sido feitas menos pavimentações do que o habitual porque o valor do betuminoso duplicou, mas está ciente de que há muito para fazer ainda, e está a tomar nota de todas as sugestões que são apresentadas. Quanto ao Gabinete Técnico Florestal, este efetivamente fez 17 notificações para limpezas e quando estas não são feitas existe, novamente, uma notificação, havendo mesmo uma obrigatoriedade legal para limpeza dos terrenos. Quanto à Ecovia, referiu que esta teve de ter o parecer favorável da APA.

Revelou ainda que está a ser desenvolvido um projeto de valorização das margens do Rio, essencialmente do Rio Gondim e, portanto, vai ser permitido fazer um reforço das limpezas e manutenção em articulação com a Agência Portuguesa do Ambiente, tendo sido assinado há um mês um protocolo para o efeito. Quanto à questão dos resíduos, pediu para que o vereador recolha a informação e que depois a faça chegar ao senhor Pedro Bastos. Relativamente à obra em Santo Aleixo, disse apenas que o caso está em tribunal e, portanto, a haver alguma negociação será entre os advogados que depois apresentarão a mesma em reunião de Câmara. Quanto à questão da legalização do afastamento, refere que isso não compete, no caso específico, só ao Município de Arouca, mas também ao IP que teve de dar o seu parecer no projeto. Informou que a obra está suspensa e o Município se encontra a reclamar o terreno como seu. ----------

---------- Usou da palavra o senhor **Luís Almeida** sobre um aspeto do documento da atividade municipal, mais especificamente na página 59 – reclamações, recursos e processos judiciais pendentes, onde é referido que não há nada a registar quanto às reclamações, quanto aos recursos hierárquicos, nos processos sociais, e encontram-se dezasseis processos judiciais, mas confrontou dizendo que no site do Município é possível verificar que foram apresentadas reclamações pelos concorrentes de um concurso tendo chegado mesmo a recurso hierárquico. Referiu ainda a referência a esta reclamação, tratando-se do concurso para técnico superior de engenharia do ambiente, e relatando até que o candidato admitido não cumpria os critérios, devendo o mesmo ter sido excluído, tendo pedido esclarecimentos sobre este assunto, isto porque o júri não fundamenta as decisões que toma. ----------

---------- O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra à senhora Presidente da Câmara, tendo esta afirmado que não faz parte do júri de contratação de recursos humanos, não entendendo bem a questão e pediu que a questão chegue, novamente, por escrito para que o júri que processou o caso possa elaborar um esclarecimento. E continua referindo que quanto ao caso em apreço, o mesmo não consta do documento, porque, se bem entendeu será uma reclamação interna, e o documento apenas retrata reclamações e processos judicias quando passam para esse nível. ----------

---------- O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu, em seguida, a palavra à senhora **Conceição Portugal**, que usará o tempo do PPM, e depois de cumprimentar todos os presentes, apresentou a sua preocupação com o saneamento na zona das Alagoas, pedindo que fosse revista esta situação. --- ----------

---------- O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra à senhora Presidente da Câmara, que referiu que apesar de não ser esse o ponto da ordem de trabalhos que se está a apresentar, será tomada nota da preocupação e a situação irá ser averiguada juntamente com a Águas do Norte. ----

30.12.2022

---------- **3.3 – ORÇAMENTO MUNICIPAL PARA 2023:** ----------

----------No ponto 3.3 o senhor Presidente da Assembleia concedeu a palavra à senhora Presidente da Câmara que, de uma forma extensa, fez a apresentação do documento relativo ao orçamento municipal. Referiu que foi um documento elaborado em contexto de grande incerteza e informou que o aumento de despesa corrente resulta da transferência de competências. Foi assim elaborado com um otimismo muito prudente, tendo em conta os impactos da pandemia, a guerra na Ucrânia e a inflação. ---

---------- Interveio o senhor **Óscar Brandão** apresentando algumas reflexões sobre este documento.

---------- A primeira observação que traz não tem a ver com a substância do documento, mas considerou que um documento desta natureza devia trazer um pouco da participação de todas as forças políticas, mas o mesmo não acontece, não trazendo, este documento qualquer proposta da oposição, e acrescentando o facto de que o mesmo apenas chega às mãos dos vereadores da oposição dois dias úteis antes da reunião de Câmara, questionou assim, de que valem os exercícios de participação cívica que a senhora Presidente sempre tenta cultivar com o orçamento participativo, quando no exercício da politica em órgãos autárquicos eleitos falha estrondosamente. Quanto ao documento, considerou que a ação política é igual à do ano passado e ainda igual à dos anos anteriores, dando como exemplo a página 17, com verbas de 100€ que vão transitando de ano para ano num processo tão simples como o "copy paste", sendo que muitas destas obras nunca serão realizadas, sendo ideias feitas e velhas sem renovação, revelando a pobreza da ação do executivo municipal, que vai levando o município para a desertificação. Considerou inaceitável que no ano de 2022 se tenha gasto 27 milhões de euros em almoços, sacos azuis e dezenas de ajustes diretos que permitem uma distribuição discricionária e sem controlo do executivo e da Assembleia e ainda que não é possível que sejam feitas rúbricas onde seja impossível aferir de que forma o dinheiro vai ser gasto e no quê. Observou ainda que este orçamento e as GOP revelam uma Câmara virada para a gestão corrente, para obras desgarradas, sem orientação e grande exemplo disso é o valor extraordinário que é apresentado como despesa corrente que ascende os 20 milhões, ou seja, 74%, ficando, assim, muito pouco para o investimento, quando há bem pouco tempo 40% do orçamento era para isso mesmo, mostrando vários exemplos de anos passados. Referiu que sem investimento não há criação de riqueza, e quando não há qualquer indicação de um único grande investimento camarário, esta tendência não vai alterar-se, continuando assim com uma inoperância e uma falta de estratégia dos documentos propostos, adiando, por várias vezes, os investimentos prometidos. Assinalou a quantidade de projetos que foram anunciados como prioritários e inseridos nas GOP, mas que não foram realizados. E falou ainda da transferência de verbas para as Juntas de Freguesia que são manifestamente insuficientes, contrastando com a verba indicada para uma

associação de direito privado como é o caso do Geopark Arouca. Quanto à transferência de competências para as Juntas de Freguesia disse que a senhora Presidente não honrou a palavra que deu na Assembleia Municipal de 30/09/2019, onde disse que estava a ser preparado um dossiê para apresentação aos Presidentes de Junta, onde se mostrava disponível para transferir algumas competências para os mesmos, algo que nunca aconteceu. Considerou lamentável que o executivo continue a lançar anúncios de obras a florear iniciativas e projetos que em nada promove o verdadeiro desenvolvimento do concelho, pelo contrário, ilude e engana os arouquenses, tendo em conta que o ano de 2023 será um ano de muito sacrifício e de incertezas seria de louvar que o executivo trouxesse soluções inovadores e estratégias úteis para resolver os graves problemas que virão. Pediu assim, para a Senhora Presidente da Câmara explicar como é que, com os planos e orçamentos que tem apresentado, vai conseguir responder aos desafios que existem e outros que se avizinham, questionando também como é possível tornar o concelho de Arouca um concelho competitivo. Finalizou dizendo que, tendo em conta tudo isto, que votar a favor seria participar num caminho que não é correto.----------

---------- O senhor Presidente da Assembleia deu a palavra à senhora Presidente da Câmara, tendo esta referido que, relativamente à intervenção do senhor Óscar Brandão, os dois têm visões e abordagens diferentes, querendo apenas clarificar algumas questões. Quanto às despesas correntes, esta têm um aumento que é causado pelas transferências de competências, recordando que as despesas com a saúde, educação e área social são agora competência da autarquia, dando vários exemplos dos valores aplicados a cada verba desta conta corrente: encargos com a água e a eletricidade, limpeza e higiene, transportes escolares, vigilância e segurança, conservação de bens, professores das piscinas, serviços de pichelaria, manutenção da ecovia, etc., que são despesas que o município tem conseguido assumir, acrescentou ainda que há despesas correntes derivadas de investimentos do município, mas se o município investiu agora terá de cuidar. Quanto às rubricas de 100€, explicou que existem várias porque, não é possível encerrar as rubricas, tendo em conta que o procedimento não o permite – é o caso das revisões de preços definitivas, e há outras que devem ser mantidas porque estamos perante documentos previsionais, ou seja, documentos que sofrem evoluções, e há ainda a questão das rúbricas que não podem ser executadas com financiamento externo se não estiverem inscritas no orçamento. Quanto à transferência de verbas para as Juntas de Freguesia, referiu que o município só pode passar às Juntas o que efetivamente gasta com essa competência, mas existem já alguns contratos de cooperação entre o município e algumas Juntas de Freguesia no âmbito das limpezas, da manutenção dos espaços verdes, e nas vias municipais. Referiu que todas as propostas que foram exequíveis, equilibradas e ajustadas, que venham contribuir para uma maior qualidade de vida, serão realizadas, mas considerou

que as propostas do PSD não eram exequíveis ou estavam contempladas fora da competência do município. - ----------

---------- O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao senhor **Óscar Brandão** para alguns esclarecimentos. Relativamente à questão das despesas de investimentos, referiu que, em termos líquidos, a Câmara regrediu, porque em 2013 investia 9.750.000€, colocando a responsabilidade destes valores na senhora Presidente da Câmara. Considerou triste existir tão pouco investimento em Arouca e, sobretudo, quase não haver investimento reprodutivo. ----------

---------- O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra à senhora Presidente da Câmara que relembrou a existência de vários investimentos em curso: nas escolas, nas zonas empresariais, na habitação e referiu ainda que, alguns dados do PORDATA, indicam que Arouca tem vindo a evoluir no rendimento per capita, que subiu de 57% em 2009 para 72% nos dias de hoje. Disse ainda que em 2009 existiam apenas 2100 empresas em Arouca e agora existem 2500, empresas essas que têm muito reconhecimento até a nível internacional. Por último, referiu que a taxa de desemprego é também mais baixa agora. ----------

---------- Seguidamente interveio o senhor **André Vilar**, que depois de cumprimentar todos, referiu, que relativamente a este orçamento, é necessário ter em consideração que saímos de uma pandemia, estamos num período de inflação, e mesmo assim, o executivo tem conseguido gerir tudo isto da melhor forma, com programas de apoio de bens alimentares, habitação, candidaturas a programas de melhoramento energético e o apoio ao comércio local com a campanha de Natal. Referiu também que o executivo está próximo da realidade empresarial e atento às necessidades dos empresários, estando em curso obras de melhoramento e alargamento das zonas industriais. Acrescentou que não é em vão que o anuário financeiro dos municípios coloca o município de Arouca entre os mais eficazes e eficientes do país. Quanto às rubricas de 100€, disse que esta é uma prática transversal a todos os municípios portugueses que conseguem ver mais além e isto apenas acontece para dar oportunidade ao município de se candidatar aos fundos europeus podendo usufruir do novo quadro comunitário. Considerou ainda que votar contra este orçamento é votar contra a continuidade e desenvolvimento de Arouca e dos arouquenses, e que deverão explicar o porquê se o fizerem. ----------

---------- Não havendo nenhuma questão para a senhora Presidente responder, o senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao senhor **Rui Vilar**. Este começou por dizer que subscreve inteiramente a intervenção do senhor Óscar Brandão e agradece a forma como este desmontou o orçamento. E continua dizendo que, na sua intervenção, referiu que a senhora Presidente da Câmara fala muito de prémios, mas isso não será assim tão importante quando a cada dois dias se perde um

habitante. E pegando nesse dado, disse que é possível perceber-se que as políticas seguidas nos últimos anos não são as melhores, e se a população não se fixa é porque algo não está bem. Questionou onde é que neste orçamento está presente, uma política concreta, para reverter esta situação, ou o preço da água, ou a atração de empresas, ou mais emprego qualificado (exatamente para reter os jovens em Arouca), ou para reverter a situação do parque da Feira de Cabeçais (que se realiza com veículos a atravessar o meio da feira, gerando um perigo grave quer para os automobilistas quer para as pessoas que andam a pé), ou o parque de estacionamento no centro de Mansores, onde é que estão as centralidades das freguesias para que aí possam fixar a população, os apoios para a agricultura (que outrora foi uma bandeira do município) e os apoios para a floresta. Considerou, ainda, que este é um orçamento com as aldeias com verbas miseráveis, deu o exemplo do próprio edifício dos Paços do Concelho que tem um parque de estacionamento em terra batida, sem qualquer projeto contemplado no orçamento, e o próprio edifício, que é a imagem do concelho e precisa de uma remodelação (como se viu nesta Assembleia, que o edifício não tem condições para receber uma pessoa com mobilidade reduzida) e questionou onde está tudo isto. Referiu ainda a forma como a senhora Presidente trata a oposição, pois que envia o documento do orçamento municipal com centenas de páginas a dois dias úteis para os vereadores da oposição analisarem e acrescentou que não é possível que todas as propostas trazidas do PSD fossem más para não estarem presentes neste orçamento. Por fim, disse que considera grave que 74% do orçamento seja para despesa corrente, sendo o investimento para o futuro apenas de 26%, estando este valor sempre a diminuir de ano para ano, não acreditando que seja possível construir um município atrativo, que retém os jovens, sem o mínimo de investimento. Acrescentou ainda que, se olharmos para o panorama global, as grandes obras feitas, como os Passadiços do Paiva, a Ponte Suspensa, a Ecovia são tudo projetos que já vinham do anterior executivo, do anterior Presidente da Câmara. Assim sendo, questionou o que há agora a propor para os arquivos, para o futuro auditório municipal, e para a casa das artes. Informou que o seu sentido de voto é contra e desafiou a senhora Presidente da Câmara a que cumpra com o que todos os anos diz, que é ouvir as propostas da oposição (que tiveram muitos votos nas últimas eleições, e a vontade destes arouquenses também deve ser ouvida e respeitada), até porque, só todos juntos se pode construir um futuro melhor. ----------

---------- O senhor Presidente da Assembleia deu a palavra à senhora Presidente da Câmara, tendo esta dado nota de que as eleições já lá vão há muito tempo e que governa para todos os arouquenses, independentemente da sua cor política. Referiu, ainda, que tudo o que o executivo tem feito está à vista de todos, e, como é obvio gostariam de poder fazer mais e melhor, mas não é fácil, porque existem limitações e competências limitadas e é nesta parte que se denota que o PSD não está preparado para

governar. Quanto ao prazo de envio do documento, diz que o envio foi feito no dia três e teriam até ao dia onze tempo para poderem dar contributos, portanto, os documentos chegaram a esta Assembleia com a devida antecedência. Quanto às medidas, considerou que é este executivo que está a governar, portanto, é este executivo que tem de implementar as medidas que considera mais adequadas, as mais viáveis e as que vêm reforçar a estratégia que mereceu a concordância dos arouquenses aquando das eleições. --- ----------

---------- Voltou a usar da palavra o senhor **Rui Vilar**, que questionou, a senhora Presidente da Câmara relativamente ao preço da água, considerando que esta até ameaçou sair da parceria há cerca de dois anos, que como é do conhecimento de todos, encomendou um estudo, mas o que é que irá fazer quanto a este assunto. Referiu ainda que é muito grave dizer que o PSD não está pronto para governar, primeiro porque há vários autarcas que governam e vencem eleições neste município e depois porque com esse comentário, classifica todos os que acreditaram no projeto do PSD para as eleições de 2021, e isso fica muito mal. ----------

---------- O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra à senhora Presidente que disse que quanto à Águas do Norte, a Assembleia Municipal pode decidir abandonar a parceria, mas refere que foi esta parceria que fez com que Arouca pudesse passar o período de verão sem qualquer problema de abastecimento de água, dando nota de que vários outros municípios estão a aumentar, por imposição legal, o preço da água, mas na parceria com a Águas do Norte o preço tem-se mantido. ----------

---------- De seguida interveio o senhor **Diogo Santos**, que depois de cumprimentar todos, referiu que considera que nos últimos anos Arouca tem crescido de forma astronómica, sendo isso visível nas obras que têm acontecido, sendo a gestão do município muito eficiente e eficaz, levando a que Arouca subisse onze lugares no ranking. Quanto às rúbricas de 100€ referiu que estas são importantes, até porque se vive num mundo imprevisível e, por isso, é necessária alguma flexibilidade. Constatou ainda que no orçamento em análise há uma parte dedicada às obras ainda não concluídas em anos anteriores, algo que é normal e transversal a vários municípios, não sendo o município de Arouca imune aos problemas da Covid, da inflação, da escassez da mão-de-obra, da subida do preço dos materiais, questionando se a senhora Presidente considera que estas vão ser acabadas no ano de 2023. Referiu ainda que foi com surpresa que viu na imprensa local o PSD a apelar aos Presidentes de Junta para que votassem contra o orçamento em análise. Referiu ainda que este orçamento é semelhante ao que se tem desenvolvido no município de Arouca e, por isso, o seu sentido de voto é favorável a este orçamento. Observou que este orçamento dá garantias de que é possível continuar o crescimento, com a aposta de cerca de 25% do orçamento na rúbrica da habitação e serviços coletivos, o que vai permitir uma maior

oferta a nível de habitação e com preços mais vantajosos para os jovens que se queiram fixar, tudo isto aliado à nova variante que aproxima o município de Arouca de grandes centros. Destacou ainda a rúbrica da educação que traz medidas de apoio aos pais e alunos, e ainda a rúbrica da segurança e ações sociais que tem contemplada uma quantia significativa deste orçamento. ----------

---------- O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra à senhora Presidente, que relativamente à questão colocada, informou que a expectativa é que realmente as grandes obras que estão em curso terminem ainda em 2023, nomeadamente os Polos Escolares, as Zonas Industriais, mas referiu que há muitos fatores externos que não podem ser controlados pelo executivo e que podem alterar tudo isto. ----------

---------- Interveio o senhor **Pedro Bastos** que manifestou a posição do CDS-PP relativamente ao orçamento: considerou que se trata de um documento bem elaborado, com uma boa imagem e apresentação, mas considerou, também, que este documento continua a demonstrar desprezo e desconfiança pelos Presidentes de Junta e aquilo que são as capacidades destes, contrariando as orientações do Governo quanto à transferência de competências. Disse que acredita que esta não transferência ou a não agilização deste processo se deve a que continue a existir uma ferramenta que, de alguma forma, condicione e pressione a orientação de voto destes Presidentes. Referiu alguns exemplos como, a não contemplação de obras estruturais para determinadas freguesias e a não existência de um planeamento estratégico para a floresta. Afirmou, portanto, que o sentido do seu voto é contra. ----------

---------- O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra à senhora Presidente, que afirmou nada ter a acrescentar. ----------

---------- Usou novamente da palavra o senhor **Óscar Brandão** para referir que no seu ponto de vista, o que o deputado da bancada do PS, senhor Diogo Santos fez, foi criticar a suposta proposta dos dirigentes do PSD aos Presidentes de Junta a votarem contra o orçamento, referindo que isso é que é a verdadeira cultura democrática, porque os dirigentes não impuseram nada, propuseram, apenas, e com razões objetivas. E acrescentou que, como é obvio, num Estado Democrático, os Presidentes de Junta são donos dos seus votos, não havendo qualquer coação sobre ninguém, muito menos perante os Presidentes de Junta, aos quais o PSD tem enaltecido o papel e que tem enorme consideração e respeito. Relativamente à questão da água, pediu à senhora Presidente para revisitar o que disse sobre o assunto aquando da campanha eleitoral e do debate eleitoral. ----------

---------- O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao senhor **Luís Almeida** que fez alguns registos: questionou se a Câmara recebe rendas de alguém e que tipo de rendas são as que

estão assinaladas na página 60 do documento e que verbas são estas em concreto. Fez ainda um apelo aos Presidentes de Junta para que estes olhem bem para o orçamento. ----------

---------- O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra à senhora Presidente que deu nota de que, no orçamento, constam verbas que são referentes à receita, relativamente à água, de quando era o município a explorar e referiu que estas verbas têm, ainda, de constar porque ainda não foram cobradas. ----------

---------- O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao senhor **Vítor Arouca, Presidente da União de Freguesias de Arouca e Burgo**. Este, começou por cumprimentar todos os presentes e disse quanto à questão da transferência de competências, que estas, ao contrário do que a senhora Presidente disse, não são um favor aos Presidentes de Junta ou um presente envenenado, pois ninguém deve duvidar das capacidades dos Presidentes de Junta. E acrescenta que deve ser assumido pelo executivo que este não quer fazer as transferências, considerando que esta é uma posição mais válida e é um direito de quem governa. Referiu ainda, e quanto ao estudo com as conclusões que foram feitas quanto a estas transferências, que não era Presidente da Junta na altura, mas estava envolvido na mesma e, portanto, sabe que uma das conclusões é que quanto à limpeza das bermas e das valetas o valor não representava um valor correto, portanto, apela a mais rigor. Apelou por fim a que não se coloque os Presidentes de Junta como pessoas sem capacidades para administrar ou de realizar essas transferências de competências. ----------

---------- O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra à senhora Presidente. Esta referiu que não considera e que não disse que os Presidentes de Junta não tinham capacidade para assumir essas competências, apenas referiu que o município só pode transferir o valor global que gasta a desenvolver essa competência. Constatou ainda que não se recorda que aquando do envio do documento tenha havido algum Presidente de Junta a contrariar ou a fazer alguma observação ao documento.--------

---------- O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao senhor **Afonso Portugal** que, relativamente à limpeza das vias e dos caminhos florestais, considerou que se forem as Juntas a fazer essas limpezas, elas terão de contratar pessoal autónomo ou têm de dar uma empreitada, porque se quiserem fazer de modo próprio teriam de contratar trabalhadores, comprar máquinas, questionando assim, no final do ano qual é o custo destes encargos todos. E continua dizendo que, se existirem essas transferências de competências, a Câmara apenas pode transferir o valor que gastava nessa limpeza, questionando se, com todos os custos associados que referiu acima, a Junta conseguiria fazer essas limpezas. Quanto à questão da água e do saneamento, considerou que Arouca não tem água suficiente para se autoabastecer em determinadas alturas do ano, mas considera que seria importante que a água

que Arouca tem disponível fosse aproveitada de alguma maneira. Questionou ainda, quanto à parceria com a Águas do Norte, quanto custaria ao município sair da parceria, pedindo ainda que se no estudo feito este ponto entrar, gostaria que fosse apresentado à Assembleia Municipal. Quanto a esta questão, afirmou que talvez sem a parceria tudo ficaria mais caro para o Município e, por consequência, para os arouquenses. Relativamente à despesa corrente, considerou que não é muito nem pouco, é o necessário e obrigatório, sendo despesas que já estão assumidas, questionando-se é se não será possível reduzir em algumas verbas, como por exemplo, no fogo de artificio da Feira das Colheitas. Em relação aos Presidentes de Junta, considerou que estes têm um papel muito importante, porque a aprovação deste orçamento depende deles e criticou a forma como os dirigentes do PSD lidaram com esta situação, sabendo que foram a um jornal local dar o seu sentido de voto e enunciar que iriam sugerir aos Presidentes da Junta que fizessem o mesmo. ----------

---------- Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao senhor **Filipe Teles, Presidente da Junta de Freguesia de Alvarenga**. Começou por cumprimentar todos os presentes e quanto ao sentido de voto dos Presidentes de Junta no orçamento, afirmou que não é o voto a favor ou contra que impede a desculpa para os fregueses, até porque os Presidentes nunca vão conseguir fazer tudo aquilo que precisam. Referiu ainda que é apenas no momento da votação do orçamento que os Presidentes de Junta são verdadeiramente importantes porque são o meio de desempate, considerando que é importante que durante o ano também se preocupem com os mesmos. ----------

---------- O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao senhor **Rui Vilar**, que relativamente ao tema da água, diz que concorda com quase toda a intervenção do senhor Afonso Portugal, pois este trouxe várias questões importantes que devem ser debatidas como, por exemplo, os dados do estudo. Considerou ainda que a saída da parceria seria a última solução, referindo que quem falou nesta possibilidade como única solução foi a senhora Presidente da Câmara, e acrescenta que seria muito importante que os dados cheguem à Assembleia Municipal para que estes possam ser debatidos. Questionou quais foram as conclusões do estudo que foi pago pelo município (2000€), dando nota ainda que conhece e tem participado em vários processos de municípios do Norte que estão em negociações para baixar o preço da água com as suas parcerias e vão conseguir fazê-lo. Referiu que o PSD já reuniu mais do que uma vez com o Conselho de Administração da Águas do Norte e foram apresentadas um conjunto de soluções que poderiam fazer com que o preço da água baixasse, considerando que não fará sentido atirar a responsabilidade deste preço para a Assembleia Municipal. Lançou, neste sentido, o desafio de, com a solidariedade do PSD, que a senhora Presidente da Câmara consiga baixar o preço da água. Por fim, disse ainda que lamenta o tom de voz utilizado pela senhora Presidente e de alguns

membros do PS quanto ao sentido de voto do PSD em relação ao orçamento e quanto às palavras da senhora Presidente quando disse que o PSD não estava capacitado para governar, considerou que o PSD acredita que todos são capacitados e todos têm o seu valor com ideias diferentes, como é normal, mas aceitando sempre a opinião dos outros, porque nunca alguém está totalmente certo e o outro totalmente errado. ------ ----------

---------- O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra à senhora Presidente da Câmara que disse que o estudo foi facultado à Assembleia Municipal anterior, mas o executivo poderá fazer chegar novamente ao senhor Presidente da Assembleia que, se entender por bem, vai fazer chegar aos membros. Referiu ainda que nos últimos anos era pretensão da Águas do Norte aumentar o preço da água nos últimos dois anos, mas de uma forma concertada o município conseguiu que não se fizesse. ---

---------- Usou da palavra novamente o senhor **Rui Vilar** que referiu que não era membro da Assembleia Municipal no mandato anterior e que o estudo a que teve acesso estava incompleto. Questionou ainda quais foram as conclusões do estudo e o que é que se retira do mesmo. Deu os parabéns pelo não aumento do preço da água nos últimos dois anos e questionou a senhora Presidente se tem condições para garantir que este congelar de aumentos não vai trazer repercussões para o futuro. ---

---------- O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra à senhora Presidente, tendo esta dado nota de que, não foi a Presidente, mas sim o município, mas que não é possível garantir nada porque não pode ter controlo sobre isso. Referiu ainda que o estudo que foi entregue à Assembleia Municipal foi o último documento, o estudo estava fechado, mas compromete-se a entregar ao senhor Presidente da Assembleia esse mesmo estudo que vai fazer chegar, se assim o entender, aos membros da Assembleia. ----------

---------- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal voltou a dar a palavra ao senhor **Rui Vilar** que conclui afirmando que a senhora Presidente não tem opinião nenhuma sobre o estudo e sobre a sua execução, e não consegue garantir que os congelamentos das tarifas não vão ter repercussões no futuro, mas consegue vangloriar-se sobre este. ----------

---------- O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra à senhora Presidente, tendo esta referido que não há um controlo por parte da senhora Presidente, o controlo é apenas nas tomadas de posição, e na pressão que é necessária nesta matéria. ----------

---------- Procedeu-se à votação do documento, por braço no ar, tendo o mesmo sido aprovado com 12 votos contra, 5 abstenções e 18 votos a favor. ----------

---------- O senhor Óscar Brandão propôs que se dispensasse a apresentação do documento seguinte tendo esta proposta a concordância de todos os membros. ----------

---------- **3.4 – COMPROMISSOS PLURIANUAIS – AUTORIZAÇÃO PRÉVIA:**----------

---------- Não havendo intervenções, o documento foi posto à votação, por braço no ar, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.----------

---------- **3.5 – MAPA DE PESSOAL PARA 2023:** ----------

---------- O senhor Presidente da Assembleia deu a palavra à senhora Presidente de Câmara que fez uma breve apresentação do mapa de pessoal, referindo que é uma proposta que deve ser apresentada anualmente e que também, fruto da descentralização de competências, foram identificadas algumas condicionantes que estão esplanadas na proposta. ----------

---------- O senhor Presidente da Assembleia colocou o documento à discussão. ----------

---------- Interveio o senhor **Pedro Bastos** que pediu alguns esclarecimentos: na proposta apresentada os cargos de chefia passam de cinco para vinte, sem alterações significativas no número de técnicos superiores, assistentes técnicos ou assistentes operacionais. Referiu ainda que ficou com a sensação de que esta proposta de chefias se esquece do setor de trabalhadores externos ao edifício da Câmara, pois são propostos alguns quadros de chefia para áreas/setores sem postos ocupados ou com um ou dois ou três postos ocupados, o que não lhe parece adequado e muito menos necessário. E continuou referindo que nos técnicos superiores com formação em ciências da educação havia um posto ocupado sem nenhuma vaga e na nova proposta perdeu-se esse trabalhador, abrindo assim uma vaga. Questionou, ainda, para quando a abertura de concurso para a ocupação dessa vaga. Questiona, por fim, sobre a contratação repentina de duas nutricionistas, passados alguns meses, de não ter sido renovado o contrato com a técnica que estava a desempenhar essas funções, ficando assim a vaga por preencher, nesta proposta. ----------

---------- Ausentaram-se os senhores Presidentes de Junta de Chave e da União de Freguesias de Covelo de Paivó e Janarde. ----------

---------- Depois de ter a palavra a senhora Presidente da Câmara clarificou que o mapa do pessoal prevê as necessidades para o futuro e que há vários concursos a decorrer, concursos que estão em mobilidade e outros que estão abertos. Em relação às chefias, estas foram pensadas para determinadas áreas, que são áreas estratégicas no âmbito das competências, nas novas áreas de atuação e, portanto, estão definidas de acordo com a dinâmica que se pretende para os serviços, sendo por isso chefias que estão e que têm que estar identificadas no mapa do pessoal, mas que podem não ocorrer, na totalidade, logo no primeiro ano, mas têm que ser geridas e previstas. ----------

---------- Voltou a usar a palavra o senhor **Pedro Bastos** que, depois da clarificação, manifestou a intenção do seu voto - contra. ----------

---------- Interveio o senhor **Luís Almeida**, sobre o mapa de pessoal, colocando algumas questões, nomeadamente sobre a criação dos quinze novos lugares de chefe de unidade orgânica e se estas se ajustam às necessidades do município. Questionou mais precisamente se, numa dada divisão há somente um funcionário e se a proposta cria um lugar de chefia, será que esse funcionário será chefe dele próprio?----------

---------- Depois de ter a palavra a senhora Presidente da Câmara esclareceu que estas novas unidades orgânicas de nível 3, não fazem terminar as de nível 1 e nível 2, a estrutura mantém-se e são criadas subunidades para dar suporte, fruto das novas competências e não só da necessidade da modernização administrativa, mas também da necessidade de novos recursos. Reforçou dizendo que estes lugares serão por concurso e não por nomeação, o único que é por nomeação é da equipa multidisciplinar, que tem de ser criada rapidamente, para dar resposta àquilo que são as necessidades do serviço. ----- ----------

---------- Posto o documento à votação, por braço no ar, o mesmo foi aprovado com 12 votos contra, 4 abstenções e 17 votos a favor. ----------

---------- **3.6 – ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS MUNICIPAIS – ALTERAÇÃO:**----------

----------O senhor Presidente da Assembleia deu a palavra à senhora Presidente da Câmara que fez uma breve apresentação da proposta e referiu que fruto da descentralização das competências na área da educação, da saúde e da ação social e também da crescente exigência, rigor, celeridade e eficácia na resposta aos desafios que são colocados ao município, ao cumprimento cada vez maior dos prazos relativamente a estas matérias é, portanto, necessário recursos humanos para estas novas competências nas novas áreas de atuação, nomeadamente, a modernização administrativa na transição digital, na mobilidade transportes e habitação, no ambiente, na sustentabilidade e proteção de dados e, portanto, exige-se aos serviços e a este executivo uma adaptação a esta realidade. ----------

---------- Não havendo intervenções procedeu-se à votação do documento, por braço no ar, tendo o mesmo sido aprovado com 9 votos contra, 7 abstenções e 17 votos a favor. ----------

---------- **3.7 – IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMOVEIS – FIXAÇÃO DA TAXA:** ----------

----------O senhor Presidente da Assembleia deu a palavra à senhora Presidente da Câmara que fez uma breve apresentação da proposta: manter o IMI na taxa mínima para 2023. ----------

---------- Não havendo intervenções foi colocada à votação, por braço no ar, tendo sido aprovada por unanimidade. ----------

---------- O senhor Óscar Brandão propôs que se dispensasse a apresentação do documento seguinte tendo esta proposta a concordância de todos os membros. ----------

---------- **3.8 – CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE AROUCA – REGIMENTO: ---------**

---------- O senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao senhor **Artur Miller** que leu uma reflexão da senhora Alda Portugal, a qual refere algumas questões relacionadas com as obras da expansão e melhoria das várias unidades de saúde do concelho de Arouca, questões estas colocadas por si, na última reunião do Conselho Municipal de Saúde. ----------

---------- Não havendo intervenções o regimento foi posto à votação, por braço no ar, tendo sido aprovado por unanimidade. ----------

---------- **3.9 – INFORMAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA E DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL – CONHECIMENTO: ----------**

---------- O senhor Presidente da Assembleia deu a palavra à senhora Presidente da Câmara que fez uma breve apresentação do documento. ----------

---------- Não houve intervenções. ----------

---------- De seguida a senhora Presidente da Câmara comunicou que o executivo se iria ausentar devido ao Concerto de Natal que já decorria no Convento, e, aproveitou para convidar todos os presentes e desejar um excelente 2023. ----------

---------- **APROVAÇÃO DA MINUTA:** ----------

---------- A Assembleia Municipal deliberou, após leitura e votação de braço no ar, aprovar por unanimidade, a presente ata em minuta, nos termos e para os efeitos do consignado nos números 3 e 4 do artigo 57.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro. ----------

---------- E nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão às 21 horas e 55 minutos. ----------

---------- Para os devidos efeitos, se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada será assinada pelo Presidente da Assembleia e por mim, Cristina Saavedra, que a redigi e a subscrevo. -------